

MEMÓRIA E ORALIDADE: FORÇAS RESSIGNIFICATIVAS DO PASSADO

Universidade Estadual da Paraíba
Irapuã Alves Correia. – Graduando – 4ºano.

DISCURSO – VERACIDADE – MEMÓRIA

O que tenho a dizer, decodificando minha memória em escrita, pode inicialmente soar como um paradoxo ou contradição. Trata-se de dois momentos conservados nos refolhos de minha memória e que sempre vem à tona quando me debruço sobre questões como estas que trato agora.

Há algum tempo - é lá se vai uma década – eu tinha o hábito de visitar os internos (pessoas idosas) do Instituto São Vicente de Paulo, que fica aqui em Campina Grande, as margens do Açude Velho.

Eu tinha como meta lhes fazer companhia, ouvir suas interessantes histórias, contar as minhas. Na época, eu ainda não cursava História e agora quando já estou no quarto ano da graduação, marcado, constituído, (de)formado por tantos discursos teórico-historiográficos, procuro esses arquivos mnemônicos e não os encontro. É como se eu não os tivesse vivido, mas como se alguém me houvesse contado. E de fato, é assim. Mas quem é esse alguém? Esse alguém é o outro de mim mesmo; aquele eu de há dez anos.

Com esse eu do passado estabeleço agora um diálogo e por mais claro ele seja, mas expressivo procure ser, não consigo me manter passivo para entendê-lo completamente. Estou sempre lhe interferindo com o meu olhar de aprendiz de historiador, estou sempre lhe resignificando, lhe deturpando de tal forma que o que lhes passo agora, não necessariamente é uma memória – da forma como pensa o senso comum que ingenuamente vê na memória, na oralidade de uma testemunha um resgate do passado – mas uma tradução do passado. É isso, o que a memória é.

Não recordo o seu nome, nem o assunto que tratávamos. Aparentemente, era uma senhora de seus 80 anos. Sei que eu tinha me aproximado dela, presenteando-a com um singelo sabonete a fim de estabelecer uma familiaridade. Um pequeno diálogo de reconhecimento se estabelece quando de repente, ela num gesto muito natural, estando sentada na cama, vira-se e projeta o olhar à altura de uma pessoa em pé, em seguida volta-se para mim com os braços estendidos como que se pinçasse com as duas mãos uma camisa e diz algo mais ou menos assim: “Veja como é linda! Tenho outras.”. Fiquei um tanto impactado. O que é que era linda? Sobre o que ela estava falando? A que mundo ela se referia? Num espaço de segundos pensei mil possibilidades, afinal, foi algo inesperado surgido do nada – hoje digo: de outra série temporal, ou como diria Paul Veyne: de outra “tópica de conceitos”. Depois de ter concatenado, arrumado meus próprios

pensamentos, articulando alguns fios de sentidos aventurei interagir com ela, correndo o risco de pagar um “mico”, ou seja; de errar ridiculamente: - Sim! É muito linda. A senhora vende roupas? Ela respondeu: “(...) Não, eu costuro...” Inicialmente, pela sua virada e pela direção de seu olhar, imaginei que ela olhasse, ou seja, imaginasse ver uma prateleira de roupas, pois que dentro de meu horizonte de sentido – meu avô vendia roupas e na nossa atualidade temos mais o hábito de ir a uma loja do que a uma alfaiataria – bem sei a altura que ficam as prateleiras. Hoje vejo a possibilidade d’ela ter “olhado” para alguém do seu tempo de costureira.

A minha intervenção - “A senhora vende roupas?” – poderia ter provocado uma deflexão de sua memória, ou seja, do tênue fio que a ligava ao passado, mas hoje vejo que a sua resistência era de vida ou morte na dependência do lugar que ela conservava a duras penas, lutando contra todo o presente para conservar o passado: o seu lugar de costureira.

Foi assim que ela me ressignificou. Fenomenologicamente, pela sua consciência não entrou em cena o sabonete, nem o visitante, mas “o cliente.” Virando-se, seja para buscar uma “pessoa”, uma “prateleira” ou um manequim, desses que têm nas alfaiatarias, quais quer que seja as nossas especulações em busca de saber o motivo de sua busca, virando-se e olhando para aquele lado, onde para mim não havia nada, não “viajamos” ao dizer que passadificando o presente ela o colonizava pelas forças ressignificativas do passado. Em suma ela incorporava o passado no presente embora o presente continuasse sendo o presente.

Nesse movimento tenso, dialético, entre o passado e o presente, entre o “ser-sido” e o “ser-sendo”, vê-se o movimento voluntário; a “memória voluntária”, a “lembança” restaurando o passado a partir dos elementos que o presente oferece e isso porque “A recordação é, pois, um trabalho de organização de fragmentos, reunião de pedaços de pessoas e de coisas, pedaços da própria pessoa que bóiam no passado confuso e articulação de tudo criando com ele um mundo novo.” ; um mundo que não é mais do que o arranjo de muitas memórias dispostas poeticamente.

Essa operacionalização voluntária – característica - da lembrança que reorganiza o passado fazendo-o reviver no presente requer uma autocompreensão temporal, ou seja, o domínio de uma historicidade que sabe o que é o passado, o que é o presente e mais: sabe o passado que quer presentificar através da ressignificação dos significantes. Daí porque a estrutura fundamental do “ser-ai”, do ser no mundo humano, é sua historicidade onde ele se constitui através de redes de memórias que tecem a sua própria.

Essa dependência de outras memórias para constituir a nossa, diz de nossa pertinência a uma tradição, a um “todo de sentido” fora do qual não existimos, daí as rearticulações mnemônicas que deslocam sentidos, que os destroem para conservar uma historicidade, uma “lingüicidade” onde o ser-sido possa ser ser-sendo novamente, na linguagem social, contingente, histórica, que o gerou enquanto ser histórico e finito.

Considerando com Albuquerque que esse voluntarismo corresponde a um nível da memória individual e que nesse nível existe ainda o da memória involuntária, é conveniente diferenciá-las para seguirmos adiante, destacando um trecho da citada obra e que bem diz sobre os termos: memória involuntária ou reminiscência: “O caráter social da “memória involuntária” pode ficar mais explícito quando nos deparamos com nossos hábitos, gestos, atitudes, inclusive corporais (...) por uma memória inscrita em nosso corpo e na nossa mente foi produto de relações sociais muito bem delimitadas no tempo e no espaço. ”

Outro fato que julgo importante para ilustrar esse artigo aconteceu com minha bisavó. Na verdade foram muitos, mas me limitarei a contar dois – Já faz uns 20 anos.

Estávamos todos dormindo, quando de repente ela, no auge de sua esclerose nos acorda com gritos próprios de quem está tangendo uma reis. Eu me levantei, fui a seu quarto e quando lá cheguei, ela apontou para cima da cama e disse: “Tire essa vaca daqui!”. Era uma cadeira. Não pude conter o riso, mas cumpri a ordem. Tirei a “vaca” e finalmente fomos dormir. O outro fato, foi quando certo dia, passeando com ela no quintal, ela resistia em seguir caminho alegando ter uma cerca – que na verdade não existia. Para não contrariar, nem “esticar” conversa eu sugeri: Vamos pular. Levante a perna... , a outra. E só assim, seguimos o passeio matinal.

Esses casos (da minha bisavó Francisca Cecília) dizem respeito a uma reminiscência - conforme conceito já explicado .

Na reminiscência, o que se ganha em intensidade, se perde em extensão. O surgimento do passado se processa suspendendo o presente, fazendo viver o passado em toda a sua intensidade, suspendendo as distâncias temporais e com ela a saudade, já que nesse caso a saudade não existe, pois se trata de uma vivência e não de uma recordação como é o caso da memória voluntária.

Se na memória voluntária acontece uma passadificação do presente, na memória involuntária acontece uma presentificação do passado e desta forma, na memória involuntária, por não estarmos tratando de uma recordação, de uma revivência, mas de uma vivência, assim como toda vivência, ela é irrepitível.

A “costureira” desencadeava um processo de recordação para conservar o seu horizonte de sentido ressignificando tudo em sua volta e assim persistia demoradamente. Resistindo as minhas intervenções, era uma “costureira” e não uma vendedora de roupas como eu imaginava. Já a minha bisavó, ora a cadeira sobre a cama, ora o passeio no quintal, trouxe o passado até ela. Talvez os pés da cadeira lhe tenham lembrado os cornos da vaca e um “não sei o que” no quintal, algum caminho, quem sabe, tenha se assemelhado a alguns dos muitos que ela percorrera no passado funcionado assim como signos sensíveis, evocando lembranças, que eclodem abruptamente, sem, no entanto, causar surpresa; fazendo coexistir as temporalidades, num processo que escapa ao indivíduo e que pertence ao contexto social. Outro fato característico dessa reminiscência é a não repetição da “cadeira-vaca” sobre a cama ou mesmo

do “aparecimento” da aludida “cerca” no quintal, embora a cadeira não cessasse de estar outras vezes em cima da cama, nem que tivéssemos deixado de passear pelo quintal, inclusive pelos mesmos caminhos. Nem a vaca, nem a cerca, se repetiram.

Vislumbramos assim os complexos mecanismos das memórias e a operacionalização das significações e ressignificações que estão para além da teoria ou da prática, ou seja; de uma mera deslocação de sentido dos significantes, mas de articulações sinuosas, de nuances de vivências que nenhuma especulação é capaz de dar conta.

Certeau se refere ao “saber não sabido” como sendo um saber que não pertence a ninguém. Um saber que paira acima da autoconsciência, um saber “retirado”. Um saber que se basta, que não tem dono, que independe da ciência para existir, mas que depende do especialista para ser revelado, localizado no discurso graças a um “saber fazer” que entre a arte e a ciência articula um “meio - termo” no diálogo e no método- como o “engenheiro” - onde o diálogo estaria para a arte do improvisado, das situações, da intuição, do “tato”, e o método para os procedimentos da academia que busca subordinar o não sabido a uma objetivação, a um lugar onde ele possa ser dito, dominado, controlado.

Atraído pela inconstância e pelo encanto do diálogo que se estabelece entre o especialista e o sujeito no qual ele reconhece um “saber não sabido”, quanto mais ele se deixa conduzir, mais percebe que mais vale a poética do que a técnica, para entender as nuances do não consciente, e assim, a técnica vai sendo deixada. O especialista vai se despojando do que não serve para acompanhar a sua busca em torno da pretensão de compreender o não sabido, de decodificá-lo para o seu discurso.

A fim de alcançar o seu intento, ele se articula de forma incomum para um homem da ciência. Opta por práticas próprias da arte, sobretudo quando chega ao ponto em que “a ciência não sabe o que fazer”.

É a partir daqui, que Certeau propõe uma “arte de pensar”, uma genialidade até, que escapa do ordinário; que independe de um saber.

A memória seja a voluntária ou a reminiscência, nas dobras das vivências e dos signos com os quais se arranja, e vem à tona, tem como fonte um saber que nunca é capturado, pois que se trata de um idioma composto por contingências, por historicidades que se cruzam e que dominam a consciência e que por isso inconcebida em seu processo desencadeador. Sentida em seus efeitos, originalmente e a-cognitiva, pois que se operacionaliza com o próprio tempo para se perpetuar. Sem lugar próprio é um “ato de funâmbulo” , é um equilíbrio sobre a corda.

“Dançar sobre a corda é de momento em momento manter um equilíbrio, recriando-o a cada passo, graças a novas intervenções; significa conservar uma relação nunca de todo adquirida e que por uma incessante intervenção se renova com aparência de conservá-la.”

Assim é a memória: fluida, volátil, nômade, impossível, imprevisível, até mesmo para quem testemunha, porque o sujeito que testemunha; que pela oralidade parece dar conta do passado, não faz mais do que dar conta de um ponto de vista sobre o passado. Ponto de vista que é um caleidoscópio de memórias que compõe sua historicidade.

Nas voltas das articulações caleidoscópicas de memórias, é que acontece o incalculável, é que se abre o espaço – lugar temporal praticado – pelas possibilidades da arte, da ficção.

Fazendo seu arranjo mnemônico no horizonte de sentido em que se localiza, não descreve o passado, mas o narra, no estilo próprio de suas conveniências e subjetividades, numa “arte de dizer”, num “saber fazer” que acontecem pelos mesmos procedimentos do romance literário, da conversa de calçada, mas que tem estatuto de cientificidade, afinal: é uma “prova” de quem viveu o que se narra, ou seja, parte de uma testemunha.

Na memória involuntária ou reminiscência, que surge abrupta, concentrada no pouco espaço virtual, suspendendo a dinâmica do tempo para instaurar um “agora” de a muito, esse procedimento que não descreve, mas narra as práticas, se dá por um “saber dizer”, por um “saber fazer” sobre o “não sabido”, que se manifesta nos gestos mecânicos de um “corpo dócil” que integrado a sua disciplina, a seus condicionadores e condicionamentos, a uma subjetividade, não reconhece o estranho pois que o deforma para o seu reconhecimento. Essa é uma operação produto da estratégia que se inscreve no corpo, no espaço virtual saturado de temporalidades.

Na memória voluntária, onde há saudade, a operação artística se dá na rearticulação de lances sobre um saber sabido que é organizado pela memória para conservá-lo num eterno agora.

Esse procedimento, Certeau, compara ao de um jogador de xadrez:

“... como num jogo de xadrez cujas, regras e partidas teriam sido multiplicadas na escala de uma literatura, Detienne conhece como o artista mil lances já executados (a memória dos lances antigos e essencial a toda partida de xadrez), mas ele joga com esses lances; deles faz outros com esse repertório: conta histórias por sua vez. Recita esses gestos táticos. Para dizer o que dizem não há outro discurso senão eles. Alguém pergunta: mas o que “querem” dizer? Então se responde: Vou contá-los de novo. ”

A memória é constituída na relação com o exterior que lhe afeta, exterioridades que funciona como os signos de Proust. Nos três casos em análise, o clarão da memória surge na relação com uma eventualidade, no oportunismo, na resignificação da ocasião, dos repertórios dos eventos que lhe constitui e desta forma longe de ser um “relicário”, é um “de-vir”, conforme as relações que estabelece e sem tal possibilidade o clarão da memória se apaga.

Quando esses casos aconteceram, eu estava lá e bem presente; no Instituto, no quarto e no quintal – ora olhando “as camisas,” ora “tangendo a vaca”, ora “pulando a cerca” (No bom sentido, é claro!) e elas estavam em seus mundos, capturando-me para eles.

De uma forma ou de outra; historicamente eu não estava lá, naquele fragmento precário de passado que elas conservavam e externalizavam, logo; não era uma lembrança, nem memória, nem reminiscência, da forma como equivocadamente pensamos ser a lembrança, a memória, a reminiscência, como um meio através do qual o passado aparece, mas uma ressignificação de suas memórias, lembranças, reminiscências que por algum motivo a minha atuação desencadeou provocando uma metaforização, uma recontextualização de sentido e de tempo, que não é propriamente nem o passado, nem o presente, nem o futuro; mas uma dimensão temporal produzida poeticamente por elas, na reflexão, na prática reflexiva que se constitui *sui-generis* “na arte de pensar” e no “modo de proceder” arranjando passado, presente e vontade de futuro e assim, definindo um novo espaço certeaniano em um rasgo temporal, aberto pelas forças ressignificativas e ressignificadoras do passado e do presente em um “meio-termo” onde: “Esta arte de pensar constitui uma unidade sintética entre as duas [a teoria e a prática].” Teoria como ser do pensar, da memória, da reminiscência, da lembrança. Prática como o ato teórico, singular, inimitável. Essencialmente poético.

Essa peculiaridade fantástica da memória, que é a de mudar desde que venha à tona, desde que seja provocada, desde que alguém se interesse por ela, pois que ela não tem um lugar, nem está no arquivo, nem no museu, nem na escrita, mas na ocasião, não faz dela não uma prova do passado, mas um documento como qualquer outro e até mais complexo pois se trata de um documento ativo.

Na pretensão de se evitar os deslocamentos metafóricos sobre a memória, pensou-se em meios objetivos, em técnicas de aprisionamento da memória como a fotografia, o gravador, o filme e o depoimento. Mas o que são esses significantes? Que dizem eles para nós? E mais: O que não dizem? O que silenciam? O que pretendem? Como entendê-los? Têm eles um sentido inscrito em sua estrutura. Que signos representam dentro de uma historicidade? Na verdade, eles não dizem nada. Nós é que dizemos deles.

O questionamos, mas o que se estabelece é um monólogo. Eles pertencem à outra série. A uma outra linguagem histórica e sem diálogo, não há mundo possível. “Humboldt coloca em suspensão a pergunta: Qual a origem da língua? E responde dizendo que tal pergunta não tem sentido, pois o mundo se constitui na linguagem, pois que toda linguagem é uma visão de mundo.” .

Para Gadamer, a “linguagem só tem o seu ser próprio no diálogo, isto é, no processo de entendimento (...) linguagem é essencialmente a linguagem do diálogo” .

Nosso mundo lingüístico específico está aberto a um alargamento pela nossa experiência de mundo. Pelo nosso diálogo com o mundo, nos abrimos a novas possibilidades que as articulações da memória nos oferece desde que aja entendimento, pois que é o entendimento que faz a linguagem acontecer. Daí porque todo “mundo” se dá na possibilidade do diálogo, logo

não existe mundo fora da linguagem e todo entendimento, todo diálogo acontece dentro de um idioma histórico, de uma “lingüicidade”.

Entre nós e a suposta prisão da memória – arquivo sonoro, arquivo visual, arquivo escrito, etc. – a compreensão só é possível se entre as séries temporais existir o que Gadamer considera como o laço entre o passado e o presente – a tradição, o pré-conceito, uma historicidade que fundamenta a subjetividade, a intuição, o “tato” do entendimento, ou seja, um programa que permite a leitura, uma familiaridade.

“... a constituição do sentido não é obra de uma subjetividade isolada e separada da história, mas só é explicável a partir de nossa pertença à tradição: eis-aí-ser não pode superar sua própria facticidade, daí sua vinculação a costumes e tradições que co-determinam sua experiência de mundo. É no horizonte da tradição de um todo de sentido que compreendemos qualquer coisa, o que manifesta que não somos simplesmente donos do sentido.”

Por esses argumentos teóricos reconhecemos a insuperável subjetividade da História que nenhuma técnica ou método consegue livrar das tintas anímicas, das operações cognitivas, nas cores dos interesses, das recusas, dos julgamentos, das parcialidades dos limites, das emoções, em uma palavra; das subjetividades do historiador.

Recusando qualquer posicionamento subjetivo por parte do historiador, a escola metódica admitia que a operação historiográfica deveria se limitar em levar o historiador ao passado, através de um vestígio que se tinha do passado que era o documento. Acreditava-se que esta atitude era suficiente para resgatar o passado, reconstituindo-o de forma objetiva. Somente assim se acreditava possível uma história científica, de conclusões universais, legitimadas pelos mesmos critérios das ciências naturais.

Ninguém pode negar que esta condição poria fim às aporias da história, com a mesma ênfase ninguém pode negar que isto não passa de uma pretensão que traz em si velada as subjetividades do historiador, mesmo porque, ainda se admita que o historiador somente reconstitua o passado a partir de seus arquivos – oficiais e escritos – criticamente selecionados, ainda assim é ele que o reconstitui a partir de sua “seleção,” como diria Veyne. Daí porque, ao contrário do que pretendiam os metódicos, o ser social-historiador, é inseparável do seu objeto de estudo, a partir do qual produzirá um conhecimento.

A pretensão da objetividade própria das ciências físicas, mais uma vez retorna na hoje, questionada “História Oral”, que surgindo na década de 1950 teve seu auge na década de 1970 para logo desabar ante as vigorosas críticas articuladas na década seguinte, aliás, o que não constituía surpresa para ninguém, pois que, mais do que, de restos do passado, a história se faz com teoria. Afinal, os Annales já haviam asseverado que sem teoria, um historiador é só um técnico.

Ora; se todas as ressalvas são consideradas para a operação historiográfica quando se trata de um documento passivo, que não dizer dos arquivos orais, dos depoimentos; objetos de estudo que ao mesmo tempo é sujeito do conhecimento?

Para encerrar, mais um caso. Esse é com minha prima – Julha, que a data de hoje tem pouco mais de quatro anos – que carinhosamente chamo de Julita ou de “Fantasminha”. Por que Fantasminha? Vou dizer: Não é raro sabermos que algumas crianças fazem referência a amigos imaginários. Isso em Julita as vezes assume proporções bem definidas a ponto d’ela pedir quase sussurrando: “Silêncio! Ele está dormindo.” Com meu olhar de estudante de História conjecturo: Será que ela conservará na memória essa lembrança e outras mais que sua imaginação fecunda realiza? Se sim, com que respaldo diremos que ela fantasiava!? Que o seu mundo imaginado, invisível e irreal para nós, e tão real, social e humano para ela não existia!? E se ninguém tivesse registrado os seus devaneios e alguém no futuro lhe entrevistasse a fim de colher algumas informações, memórias, lembranças, de seu tempo de infância? Certamente ela incluiria o seu tempo mítico, metafísico, poético, entre tantas outras lembranças, memórias, recordações co-vividas conosco.

Albuquerque. Jr, analisando essa composição da memória ele a considera como um “nível imaginativo” no qual se operacionalizam a rearticulação dos resquícios de vivências sociais para o surgimento de novas imagens, não necessariamente como vivências passadas, mas como produto dessas articulações.

Mas a questão que se depreende desses casos em análise e sobre tudo do caso de Julha é quanto a estrutura da memória e sua relação com os procedimentos discursivos, no que são fundamentais os estudos levados adiantes por Michel Foucault em torno de seus conceitos sobre visibilidade e dizibilidade que colocam em suspensão os saberes que consideram a memória como um depósito onde se guarda o passado e aonde podemos ir para consultá-lo.

Historicamente o olhar e o dizer sempre estiveram associados à capacidade de quem presta um depoimento, sempre legitimou a autoridade de quem viveu e que por isso pode dar conta do passado, dizendo-o, narrando, ou como bem significa o termo grego, *narrare*, arrastando-o para frente, para o presente e apresentando-o tal como aconteceu.

Dentro da lógica foucaltiana, porém, o depoimento que se configura um discurso, não é a representação ou expressão do que se viu, do que se viveu, mas ele apenas diz do lugar do sujeito que o pronunciou que pelo seu ponto de vista, mesmo imbuído das melhores intenções parece dar conta do passado, do que viveu do que viu, mas que nada mais faz do que representá-lo e expressá-lo a seu modo.

Seja como for, é o depoimento da testemunha, de quem “trás para frente o passado”. Depoimento que levado a sério passa a constituir o passado e no mesmo curso de aceitação, o seu lugar como sujeito do passado.

Mas a legitimação de um depoimento, não está na dependência do visto, ou seja, “o visível, não é a base do dizível, ele depende antes do discurso.” e isso porque é o discurso que se faz legítimo, dentro de uma rede de enunciados que se relacionam que assegura suas próprias regras, sua independência e o poder de constituir coisas, idéias, conceitos, subjetividades. De forma que aquilo que se nomeia, que se classifica e que se diz como verdadeiro, não é exterior ao discurso, mas objetos do discurso.

Esse poder de que o discurso é capaz, está definido nos conceitos de “significante” e “significado” cunhados pela lingüística e operacionalizado pela historiografia. Por eles se concebe que aquilo que é, não é o que é porque é, mas porque uma rede discursiva, que permitem “jogos de verdades”, lhe permitiu ser. É desta forma que se dá a primazia dos aparatos discursivos engendrados pelas “máquinas óticas” e pelas “máquinas enunciativas” sobre o “visível” e o “dizível”, sobre o “não visto” e o “não dito” que o dizer se dissocia do ver quando se trata da construção da verdade.

É pelos aparatos discursivos que os estatutos da ciência e da ficção se fundem na linguagem, nas regras discursivas para comungar suas características o que repercute nas nossas disposições à verdade, onde não se busca mais localizar a verdade, mas as condições de verdade, ou seja; os “regimes de verdade”, onde na impossibilidade humana de acesso a verdade nos contentamos em analisar as redes de enunciados, as regras discursivas que dentro de sua contingência social “estabelece o que é verdadeiro, o que é fictício ou o que é ideológico”, que diz não a verdade, mas a veracidade.

Aprendendo a ser dentro desse jogo de verdades, das máquinas discursivas, passamos a nos ver e a nos dizer a partir dos padrões aceitáveis de verdade a ponto de, a experiência fugindo a regra estabelecida disciplinarmente, considerarmos ilusão ou mesmo nos considerarmos “loucos”. É quando se instalam os processos conflitivos, as deturpações, os silenciamentos, a imaginação, a criação de situações irreais, através dos quais nos conformamos aos processos disciplinares explorados pelas instituições nos seus mínimos detalhes.

Desta forma é que o discurso nos precede, tornando-nos não só, sujeito da enunciação, mas também seu objeto e em se tratando da memória e da oralidade como forças ressignificativas do passado, percebemos que ao articularmos os mecanismos da memória, não narramos o nosso passado, nem mesmo o nosso passado social, mas o constituímos ainda numa dobra reflexiva sobre nós mesmos na contingência dos novos tempos e dos novos modos de se ver e de se dizer proporcionando um outro significado ao passado.